

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIA LUCIANA DE GODOY ROCHA

EDUCAÇÃO INFANTIL

CAMPINAS

2005

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

MARIA LUCIANA DE GODOY ROCHA

EDUCAÇÃO INFANTIL

Memorial apresentado ao Curso de Pedagogia – Programa Especial de Formação de Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como um dos pré-requisitos para conclusão de Licenciatura em Pedagogia.

CAMPINAS
2005

*Dedico este trabalho à minha
filha Gabriela, que preenche minha
vida com um colorido especial,
tornando os meus dias muito mais
felizes...*

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Henrique, por ter acreditado em mim quando nem eu mesma o fazia, pela presença sempre dedicada e amiga, onde muitas vezes busquei forças para superar os obstáculos e desafios no decorrer dessa caminhada.

Aos meus pais, João e Rosária, pela humildade, esforço, trabalho e dedicação que me fizeram chegar onde estou hoje. Obrigada meu pai, obrigada minha mãe, eu amo vocês.

Aos meus irmãos, Luciano e Fernando, pela força e pelo socorro financeiro nos momentos de crise.

Às minhas irmãs Claudia, Silvia, Marisa e Vanessa pelo incentivo.

Aos amigos que fiz durante o curso Peterson, Giovana e Simone, que me ensinaram muito mais do qualquer professor.

Educar é uma arte e seguir os passos de um artista é implicar-se no processo, deixar de lado a rigidez e o controle para poder experimentar, sentir a angústia de estar perdido para poder encontrar-se e, assim, vivenciar cada momento e construir-se enquanto educador.

Marlete Diesel

APRESENTAÇÃO

Este memorial é resultado do conhecimento adquirido por mim durante o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Meu principal objetivo foi o de relatar a trajetória de minha formação profissional como Professora de Educação Infantil da rede Municipal de Piracicaba e discutir alguns assuntos relevantes.

No decorrer deste trabalho, projeto a imagem que tenho sobre a Educação Infantil na sociedade hoje, fazendo um breve relato sobre sua trajetória desde o século XVII, bem como a situação dos profissionais que nela atuam.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	01
2- MINHA FORMAÇÃO PESSOAL.....	03
2.1 MINHA INFÂNCIA E A FORMAÇÃO PRIMÁRIA.....	03
2.2 A MUDANÇA PARA O ANTIGO “GINÁSIO”.....	13
3- A MINHA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	16
3.1- A MINHA PROFISSÃO: PROFESSORA?.....	16
3.2 – A MINHA PRIMEIRA TURMA.....	22
4- PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROFISSÃO A SER INVENTADA?.....	26
4.1 – A SITUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL HOJE.....	31
5- A SEPARAÇÃO ENTRE APRENDER E BRINCAR.....	34
5.1- A CRIANÇA NA ANTIGÜIDADE: UM POUCO DE HISTÓRIA.....	34
6- O ATENDIMENTO À INFÂNCIA NO BRASIL.....	39
6.1 – SUA TRAJETÓRIA AO LONGO DOS TEMPOS.....	39
6.2 – O ATENDIMENTO A INFÂNCIA HOJE.....	48
7- CONCLUINDO, POR ENQUANTO.....	53
8- REFERÊNCIAS.....	54

1- INTRODUÇÃO

Quando fiquei sabendo, pela interpretação errada de um artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, o artigo n.º 62), que teria o prazo de 6 anos para concluir o curso de Pedagogia, fiquei muito chateada. Não tinha a intenção nenhuma de fazer um curso de Pedagogia, pelo menos não naquele momento, pois havia acabado de entrar para rede municipal de educação.

Logo surgiu este curso que a prefeitura, por intermédio de um convênio com a UNICAMP, estava oferecendo aos professores em exercício da rede pública da Região Metropolitana de Campinas (PROESF). Não fiquei muito empolgada mas resolvi fazer a inscrição para saber como era, não estudei, quase não fui no dia da prova pois tinha certeza que eu não ia passar. Mas meu marido, o grande culpado por eu estar aqui hoje, me convenceu a ir.

Quando peguei a prova nas mãos, tive mais certeza ainda que não ia conseguir "*prova dissertativa!*" pensei ... "*não vou conseguir*"...

Levei o maior susto quando minha colega de trabalho me ligou dando os parabéns por estar na UNICAMP, pensei que estava enganada, fui conferir o resultado e, vou confessar, fiquei chateada por ter passado.

Minha filha ainda estava com um aninho e eu tinha acabado de ser contratada pela prefeitura como professora de pré-escola. Estava acontecendo tudo muito rápido em minha vida e eu fiquei com medo de fracassar, tanto em minha vida pessoal quanto na profissional.

Do início até o fim foi muito difícil, deixei minha família um pouco de lado, mas tenho certeza que valeu a pena. Comecei a fazer o curso porque era obrigada e terminei por amor a minha profissão. Foi um presente que recebi.

A cada aula eu ia descobrindo um mundo fascinante da educação que eu não conhecia. Todas aquelas professoras juntas, algumas com mais de dez anos de Magistério, aquilo era mais importante para mim do que a teoria, eu tinha a prática de 36 professoras juntas , (e um professor, não posso me esquecer), era tudo muito novo pra mim. Eu era a mais nova professora do grupo.

Agora, ao final do curso, me aparecem com essa história de memorial de formação...

Memorial de formação? A minha formação está apenas começando! Está fresquinha, fresquinha pois estou somente há três anos nesta profissão e sei que ainda vai levar muito tempo para que eu possa escrever “as memórias de minha formação profissional”. Mas eu posso afirmar, com toda certeza, que foi este curso que me fez pensar assim.

Não me considero ainda uma profissional e sim uma aprendiz em Educação.

Fiquei em dúvida sobre o que escrever, aprendi tanta coisa legal e importante que ficou difícil escolher um tema. Decidi escrever um pouco sobre o que aprendi sobre a *Educação Infantil* e sobre a minha própria profissão, pois quando iniciei o curso não sabia quase nada sobre o assunto.

Durante o tempo em que estive escrevendo esse memorial descobri uma coisa muito importante e gostaria de compartilhar com vocês: “(...) escrever é difícil. É duro como quebrar rochas” (Clarice Lispector, 1995)

2 - A MINHA FORMAÇÃO PESSOAL

“Mesmo sabendo que, antes do início, alguém já havia começado, teimo em começar do começo”

(Ideli Ricchiero)

2.1- MINHA INFÂNCIA E A FORMAÇÃO PRIMÁRIA

Para falar de minha formação profissional, julgo ser necessário falar primeiro sobre minha formação pessoal, sobre minha família e sobre minha infância, pois julgo ser este um período que contribuiu muito para que tomasse a decisão de ser professora. Afinal, como disse Roseli Fontana (1997):

A educação é algo sempre presente em nossas vidas, mesmo quando não a percebemos no amontoado de fazeres e saberes corriqueiros do cotidiano.

Está na voz da mãe que acalanta e na mão do avô que ajuda a criança a segurar a colher e levá-la a boca. Está na birra e na palmada, no traço marcado na areia, no papel, no cabo de vassoura que se transforma em cavalo.

Não é coisa só de escola... Ela acontece também na escola.

(FONTANA, 1997. p.1)

A minha infância, a julgar pela infância de muitas crianças de famílias pobres hoje, foi muito feliz. Sou de uma família unida, numerosa e humilde, tenho quatro irmãs e dois irmãos. Nasci e cresci num bairro chamado Pau Queimado, na zona rural da cidade de Piracicaba no estado de São Paulo. Não tive muito luxo, muitos brinquedos, mas a maior riqueza que se podia ter na infância daquela época, eu tinha: o amor e o carinho dos meus pais e dos meus irmãos. Hoje, acredito que o que mais falta à nossas crianças é isso, o amor e a atenção dos pais, não os culpo, pois no mundo de tantas injustiças sociais como o nosso, as pessoas encontram na

televisão uma maneira de aliviar as dores da vida difícil e acabam nem sequer tendo tempo de conversar com os filhos.

(...) os últimos trinta anos assistiram a uma mudança na estrutura familiar que tem de ser levada a sério por pais, educadores e provedores da cultura de toda espécie. Desde o princípio dos anos 60, a taxa de divórcio, bem como a percentagem de filhos vivendo com um dos pais, triplicou (...). Entre crianças abaixo dos seis anos uma em cada quatro vive na pobreza. O estresse proveniente das mudanças econômicas dos últimos vinte anos tem minado a estabilidade da família. A renda familiar tem estado estagnada, assim como o custo de vida da classe média tem disparado (...) O tempo total que os pais reservam aos filhos caiu de uma média de trinta horas por semana para dezessete. (...) Aumentando o tempo de abandono e afastamento, as crianças contemporâneas se voltaram para a TV e o videogame como forma de preencher o tempo sozinhas. (KINCHELOE, 2001 p.56)

Antigamente não era assim , pelo menos não na minha casa, sem a televisão, tinha-se muito mais tempo para conversar.

Meu pai, que herdou de meu avô a profissão de oleiro (fabricava tijolos), sempre foi (e ainda é) muito trabalhador. Não teve a oportunidade de ser criança, começou a trabalhar muito cedo, sempre no trabalho pesado, não agüentou por muito tempo a vida de estudante e trabalhador e parou de estudar na 4º série do ensino primário.

Minha mãe, teve uma vida muito sofrida, perdeu a mãe com 4 anos de idade, e assim como meu pai, não teve infância, começou a trabalhar muito cedo como *bóia fria* (cortava cana). Não teve oportunidade de estudar muito, fez somente até a 3º série, pois além da escola ser muito distante, também sofria com a dupla jornada e com a falta de uma mãe para ajudá-la.

Só a história de vida dos dois daria um livro. Com a pouca instrução que tinham, mas com amor, carinho e muito trabalho conseguiram criar sete filhos, todos fortes, saudáveis.

Aprendemos muito cedo o que era o trabalho, mas não me queixo, não éramos obrigados a trabalhar, trabalhávamos no nosso ritmo e sem sofrimento pois mesmo trabalhando, tivemos a oportunidade de ser criança, de brincar muito e principalmente de estudar. Tenho a plena consciência da importância que o trabalho teve em minha vida e que foi graças a ele que estou aqui hoje, mas acredito que hoje em dia, algumas crianças se encontram sobrecarregadas de obrigações pelo fato de ficarem sozinhas em casa para que seus possam trabalhar e acabam fazendo sozinhas todos os afazeres domésticos.

Sou a terceira filha e por esse motivo, pude acompanhar a entrada de minhas duas irmãs mais velhas na escola. Acompanhei de perto o sofrimento de minha irmã mais velha, Claudia, quando chorava por não conseguir fazer a lição de casa, lembro-me como se fosse hoje de sua cartilha “Caminho Suave” de Branca Alves de Lima que era utilizada naquela escola.

Acompanhei também a minha segunda irmã, Silvia, quando tentava desesperadamente decorar um pequeno texto daquela cartilha “No reino da Alegria”. Lembro-me que decorei o texto primeiro que ela, de tanto escutar minha irmã mais velha lendo para ela em voz alta no quarto à noite (deixo claro que consegui decorar e não ler). Acho que era mais ou menos assim:

*“A moela é mole
O miolo é mole
Moema moeu a moela
Mimi moeu o miolo...”*

Não consegui encontrar a cartilha para confirmar se eram realmente estes versinhos, mas acredito que sejam exatamente estes, pois estão guardados em minha memória.

Hoje compreendo o porquê dela não conseguir ler aquele pequenino texto. Foi durante as aulas de Psicologia, aprendi que algumas crianças não conseguem ler certos textos pelo fato de não terem significado nenhum para elas, coisa muito comum no ensino tradicional, onde a leitura é uma mera representação de códigos. O ensino tradicional trata o conhecimento como um conteúdo, como informações, coisas e fatos a serem transmitidos ao aluno. O aluno, segundo esta visão, vai para a escola como “tábua rasa” a ser preenchida, para receber informações. Dizer que ele aprenderá significa que saberá dizer ou mostrar o que lhe foi ensinado. Neste modelo, o ensino, é a transmissão de informações. A aprendizagem, é a recepção de informações e seu armazenamento na memória. Para FERREIRO, a criança é:

Um sujeito que procura ativamente compreender o mundo que o rodeia e trata de resolver as interrogações que este mundo provoca. Não é um sujeito que espera que alguém que possui um conhecimento o transmita a ele, por um ato de benevolência. É um sujeito que aprende basicamente através de suas próprias ações sobre os objetos do mundo, que constrói suas próprias categorias de pensamento ao mesmo tempo que organiza seu mundo. (FERREIRO, 1985 p.26)

Quando completei os tão esperados sete anos (em 1984), fui para a escola com minhas irmãs, a “Escola de Primeiro Grau (Isolada) do Bairro Pau Queimado”. Não consigo me lembrar de mais nada do meu primeiro dia de aula, apenas da minha mochila vinho, com seus três patinhos desenhados nela. A escola ficava distante, mais ou menos, 1 quilometro de nossa casa, fazíamos esse caminho a pé,

mas era um caminho muito bonito, cheio de árvores e íamos em muitas crianças juntas, brincando e cantando.

Mas minha felicidade durou muito pouco, nas férias do mês de junho, meus pais resolveram se mudar para a cidade de Pires do Rio, no estado de Goiás. Foi uma mudança muito difícil, meus pais estavam encontrando dificuldades, a família estava aumentando rápido, eu já havia ganhado mais dois irmãozinhos, Luciano e Fernando (gêmeos), e minha mãe estava grávida novamente. O número de olarias da cidade havia crescido e o preço do tijolo caíra muito e eles resolveram tentar oportunidades melhores em outro lugar, dizia-se que pelos lados de Goiás as terras eram mais baratas e boas para o plantio. Meu pai, colocou o sítio à venda e antes mesmo de vendê-lo. Partimos: Meu pai, minha mãe grávida de oito meses, minhas duas irmãs, eu e meus dois irmãozinhos. Todos dentro de um chevette vinho, ano 75.

A chegada não foi menos drástica do que a partida, não tínhamos nem casa para morar, pois ainda não tínhamos o dinheiro da venda do sítio. Meu pai encontrou uma casa para alugar num bairro chamado Santa Cecília numa rua chamada “rua do fogo” (pois era uma rua de terra vermelha). A casa era grande, mas muito velha, tinha morcegos, chovia mais dentro do que fora. Lembro-me que minha mãe forrou todo o telhado com sacos plásticos, pois morria de medo que os morcegos nos mordessem a noite.

Bom, após a chegada na cidade, minha mãe foi até a escola mais próxima. Era uma escola enorme chamada “Escola Estadual de Primeiro Grau Rodrigo Rodrigues da Cunha”, fiquei abismada com o tamanho, pois até então só havia conhecido aquela escolinha de zona rural. Não pude ser matriculada na primeira série, pois lá era obrigatório que se fizesse a Pré – escola, então perdi um ano, pois

fiz a Pré-escola com sete anos. Nesta escola foram matriculadas eu e minha irmã Silvia, minha irmã mais velha teve que ser matriculada em outra escola, pois já estava na Quinta série.

Se eu não me lembrava do meu primeiro dia de aula na escola de Piracicaba, nunca vou me esquecer da minha estadia na escola de Pires do Rio.

A professora da pré-escola (lá chamada de 1º ano fraco), era uma mulher muito brava, Dona Ondina, autoritária, sempre com uma régua enorme na mão que usava quando uma criança não dava a resposta que ela queria ouvir, ou falava alguma coisa fora de hora. Ela batia na palma da mão das crianças, eu, não tive a experiência para saber se doía ou não, mas acredito que mesmo se não houvesse a dor física, a humilhação era visível.

Nossas mãos eram inspecionadas no início da aula. Permanecíamos com as palmas das mãos viradas para cima até que ela, após olhar a todas, nos mandasse pegar os cadernos. Essa era a hora mais difícil pois, se ela não gostasse da letra ou encontrasse uma sujeirinha sequer nas folhas, dava a maior bronca, xingava a criança de porca, arrancava a folha e jogava no lixo. Era humilhante, mas novamente, nunca tive a experiência.

Hoje, fico indignada quando lembro de como eu me sentia insegura dentro daquela sala de aula. Acredito que a educação Infantil tradicional não procura desenvolver a autonomia, mas sim o medo, o controle, a dependência da criança, de regras ditadas pelo adulto. A criança, neste modelo pedagógico, deve sempre esperar a ordem do adulto: ver o *modelo* do exercício mimeografado antes de fazê-lo; ver a maneira correta de realizar um trabalho manual antes de iniciá-lo; esperar a ordem do professor para começar a pintar um desenho mimeografado; esperar que o professor diga a cor que deve ser pintado; esperar a ordem para que possa

levantar-se da cadeirinha e movimentar-se (como o adulto pede), etc. como bem relata Lisboa:

“Chega ao colégio e – surpresa! – pedem-lhe que faça um navio. A coisa que ele mais gosta: desenhar. Faz um navio lindo, redondo como a lua, cheio de árvores no interior e com dois bichos nadando – elefantes, diz ele. A professora olha a obra de arte, pergunta o que é e recebe a resposta: ‘Um navio!’ Carinhosamente, a professora vai até o quadro e desenha um navio clássico, com velas, proa e popa, um digno navio de adulto, e diz: ‘João Paulo, isto é um navio e elefante não nada!’ João Paulo havia feito um navio original, diferente dos outros, lindo, nunca feito por alguém. Havia criado o primeiro navio redondo, e a professora, que seguramente não havia lido O Pequeno Príncipe, deu-lhe uma lição de como as pessoas devem ser bitoladas desde criancinhas.” (LISBOA, 1998, p. 15)

Eu adorava desenhar, ainda gosto, e não me lembro de ter feito nenhum desenho na pré-escola, lembro somente de pintar os desenhos (capas das provas) que a professora nos dava mimeografados, de acordo com o tema daquele bimestre.

Na primeira série não foi diferente, somente a professora mudou, agora era Dona Lúcia, acredito que ela era mais brava ainda do que a outra, utilizava os mesmos métodos de disciplina. Não me lembro de um sorriso seu, de um gesto sequer de carinho para com os alunos.

De vez em quando, a imagem dessas duas professoras que tive na minha infância me vem à cabeça quando estou em minha sala de aula, e fico feliz pelo fato de meus alunos não terem que passar pelo que eu passei.

Tínhamos que fazer as letras redondinhas (pois já aprendíamos a fazer direto a letra cursiva), ter os cadernos sempre bem limpinhos, não falar dentro da sala, a não ser que fosse solicitado e tudo ficaria bem. Fazíamos provas bimestrais, e as notas eram de 0 a 100.

Se o objetivo da escola é formar homens que sejam capazes de pensar e decidir seus próprios caminhos de forma independente, o modelo tradicional de ensino, ao reduzir o aluno à escravidão dos “pontos” dos programas, segue caminho inverso: delimita e restringe essa capacidade. É possível, no máximo, que possibilite ao professor enriquecer os seus próprios conhecimentos, através da prática narcísica de dar aula para si mesmo.(ROSA, p.44)

Aprendi lá, naquela escola, a fazer letra bonita e a cuidar muito bem dos meus cadernos, a não falar, não perguntar, não brincar, não sei como aprendi a ler e a escrever, não me lembro, acho que foi de medo, mas pelas provas que tenho guardadas comigo até hoje, na primeira série eu já sabia ler e escrever.

Quando eu estava na Segunda série (1986), meu pai ainda não tinha conseguido vender o sítio em Piracicaba, a situação financeira havia piorado muito, a luz elétrica da nossa casa já estava cortada, quase não tínhamos o que comer, nós crianças não ligávamos muito, pois ainda não entendíamos o que estava acontecendo, mas sei que meus pais sofriam, e resolveram voltar para Piracicaba.

Acredito que a falta de dinheiro que sofrem as família deve ser levada em conta na escola, pois uma criança que sofre algum tipo de stress em casa, não vai ter um bom rendimento, por isso sempre procuro saber como é a vida de meus alunos. Como antigamente a educação era centrada no professor e não no aluno, isso nunca aconteceria.

Voltamos então para Piracicaba, foi uma volta mais drástica ainda, pois voltamos bem piores do que fomos. Não tínhamos mais móveis, pois foram estragados pelas constantes goteiras daquela casa velha em que morávamos. A olaria de meu pai estava quase totalmente destruída e cheia de entulhos e invadida pelo mato, mas o alívio de estar de volta deu forças aos meus pais para começar tudo novamente.

A fabricação de tijolos foi reiniciada, agora com o trabalho da família. Acordávamos bem cedo, às seis horas da manhã, meu pai jogava o barro dentro da máquina que moía o barro, minha mãe cortava os tijolos, minhas irmãs Claudia (com 12 anos), Silvia (11 anos) e eu (9 anos) levávamos os carrinhos cheios de tijolos para as gambetas (onde colocávamos os tijolos para secar). Meus irmãozinhos, com 6 anos, mais atrapalhavam do que ajudavam (também, eram muito pequenos), minha irmãzinha mais nova, Marisa, que havia nascido lá em Goiás, agora com 2 aninhos, dormia em cima do monte de terra.

À tarde íamos para a escola, novamente aquela escola onde eu gostava tanto. O ensino não era muito bom mas, em compensação, não sofriamos qualquer tipo de agressão física ou psicológica por parte dos Professores.

Eu estava agora na 2ª série, a professora se chamava Lúcia e dava aula para a 2ª e 3ª série juntas na mesma sala, portanto foi minha professora também da terceira série, o ensino continuava tradicional. As professoras faltavam bastante e quando o tempo mostrava que ia chover (pasmem), mandavam todos os alunos embora antes que chovesse. Mas ao contrário do que pensavam (se é que pensavam no nosso bem), isso não ajudava em nada, pois quase sempre pegávamos chuva no meio do caminho.

A escola era “isolada”, rural, por esse motivo, não tinha diretora, então as professoras aproveitavam para não fazer nada. O recreio era enorme, não acabava nunca, até cansávamos, quando tinha aula de educação física então, era recreio o resto do dia. Mas, não podemos colocar a culpa só nas costas dos professores, pois há várias condicionantes para estas atitudes que são bem conhecidas pelas pessoas que trabalham na rede pública de ensino:

(...) as péssimas condições de trabalho aí predominantes, que vão desde a precariedade do prédio escolar e dos equipamentos, passando pelas classes abarrotadas, com múltiplos períodos diários de funcionamento e falta de recursos didáticos de toda ordem, indo até os baixos salários do pessoal, especialmente dos professores, que se vêem compelidos a trabalhar em mais de uma unidade escolar, com prejuízo da qualidade de seu trabalho.

(...) a um professor desestimulado, sem nenhum assessoramento pedagógico, com a deficiente formação profissional que pode conseguir e com inúmeras preocupações decorrentes do baixo nível de vida proporcionado por seu salário. (PARO,1992, p.22)

Mas isso também não pode ser tomado como desculpa para nada fazer. Sempre fui muito crítica quanto as minhas professoras. A professora que eu mais gostei foi Dona Wilma, da 4º série, lembro-me que cheguei até a fazer uma composição sobre ela, foi no ano de 1988, na avaliação de português do mês de outubro. Relendo, eu cheguei a conclusão de que se eu não tivesse sido tão amedrontada nas primeiras séries eu seria muito mais crítica e esperta do que hoje. Nesta composição, com onze anos eu criticava as professoras novas pois, eram cheias de não me toque e dizia que preferia as mais experientes. Minha letra ficou feia e relaxada, mas em compensação comecei a ter pensamentos próprios.

Nesta etapa de minha vida escolar, lembro-me que alguns conhecimentos, principalmente da área de História, foram transmitidos de forma falsa. Um exemplo foi quando estudei o início da colonização brasileira. Me ensinaram que os portugueses ao errarem o caminho para as Índias "descobriram" o Brasil. Transmitia-se a visão de que os europeus eram como "heróis", "povos avançados", que trouxeram inovações para o Brasil; não se falava em momento algum da devastação natural e da morte de milhares de indígenas que eles causaram nesse país.

2.2 - A MUDANÇA PARA O ANTIGO “GINÁSIO”

No ginásio não foi muito diferente, fui para uma escola num bairro um pouco mais distante, a “Escola Estadual de Primeiro Grau Paulo Luiz Valério”, no Bairro Serrote, também na zona rural. Agora estudávamos de manhã, acordávamos às 4:30 horas para pegar o ônibus escolar que passava às 5:00 horas, rodava pelos bairros vizinhos e chegava às 7:00 horas na escola.

Não sei se fiquei traumatizada por sofrer humilhações nas primeiras séries, me tornei uma criança tímida, fechada, era de minha natureza ser uma aluna crítica, que não aceitava as decisões de alguns professores, mas não tinha coragem de dizer. Me dava bem com alguns professores e com outros eu tinha lá os meus atritos particulares e interiores. Somente uma vez fui parar na diretoria, foi na 8ª série, por não pedir desculpas a uma “professora” de inglês que julgou que eu a tinha ofendido (desrespeitado). Não pedi desculpas porque não tinha feito nada que precisasse ser desculpado.

As características do ensino tradicional não foram abandonadas. Os conhecimentos eram transmitidos através da aula expositiva, por meio de textos contidos nos livros didáticos, textos que continuavam sendo decorados e cobrados nas avaliações. Alguns professores escreviam na lousa o conteúdo da prova para que estudássemos (decorássemos) em casa. O professor ainda era o centro dos conhecimentos e os alunos não eram tão considerados no processo de ensino.

*“... o ensino tradicional se propunha a transmitir os conhecimentos obtidos pela ciência, portanto, já compendiados, sistematizados e incorporados ao acervo cultural da humanidade. Eis porque esse tipo de ensino, o ensino tradicional, se centra no professor, nos conteúdos e no aspecto lógico, isto é, se centra no professor, o adulto, que domina os conteúdos logicamente estruturados, organizados...”.
(Saviani, 1985)*

A vida financeira da família havia melhorado bastante, meu pai conseguira recuperar tudo que havia perdido em seis meses de trabalho com a família, após esse tempo minha mãe voltou a ficar somente cuidando da casa e de nós. Eu e meus irmãos continuamos ajudando na olaria, mas um pouco menos do que antes, pois agora tínhamos empregados novamente.

No ano de 1987, meu pai terminou a construção de um barracão onde estaria realizando o sonho de sua vida: abrir uma loja de materiais para construção.

Minha irmã mais velha ficava cuidando da loja juntamente com meu pai no período da manhã e estudava à tarde. Eu, á partir dos 11 anos, estudava de manhã e ficava na loja à tarde. Minha irmã já estava cursando processamento de dados no Colégio Piracicabano. Achei importante citar esse fato, pois ela, estudando no centro da cidade, tinha acesso à Biblioteca Pública e pegava livros e mais livros (romances) para ler e deixava na loja quando ia para a escola. Eu, quando chegava, ia correndo pegar os livros, devorava um livro de mais de 200 páginas em um dia. Meu pai reclamava, dizia que eu e minha irmã só ficávamos lendo ao invés de trabalhar. Começamos a ler escondidas, quando ele saía para ir ao banco ou fazer alguma entrega.

Foi assim que peguei o gosto pela leitura, lendo Sidney Sheldon, Agatha Christie entre outros. Enquanto isso, na escola eu lia aqueles livros, da coleção Vaga Lume, que vinham com aquelas fichas de leitura para ser preenchidas, livros cujos títulos eram escolhidos pelos professores e não por mim. Eu gostava tanto de ler, que lia o meu livro que a professora pedia e dos meus irmãos também, pois eles não gostavam de ler. Eu preenchia aquela ficha de leitura, meus irmãos liam e decoravam para fazer a prova.

Tive alguns professores, que só pegavam aulas lá (o bairro era distante uns 20 quilômetros do centro da cidade) porque não conseguiam arrumar em outro lugar, mas também tive ótimos professores, que estavam lá por amor a profissão e tinham responsabilidade e consciência do seu papel, como seu Pedro por exemplo, professor de Geografia e História, chamava à todos os alunos pelo sobrenome, ele era um barato, com seus “cadernos de mapas” uma cor para cada série, difícil esquecer, tínhamos que copiar mapas, decorar os estados e suas capitais, mas na época, acredito que era o que se tinha de mais moderno no ensino de Geografia, era o que estava na moda. Eu adorava pintar e desenhar, por isso eu gostava da aula, não pelo conteúdo, pois apenas fazíamos cópias, como sempre.

Eu preferia o Seu Pedro nas aulas de História, passava o conteúdo do livro didático direitinho como tinha que ser, (fazíamos cópias de textos imensos) mas ele sempre dava um jeitinho de dizer que era tudo mentira que estava escrito lá.

Hoje, acredito que haja um maior cuidado quanto à adoção de livros didáticos, pelo menos eu penso assim.

A professora Giselda, de Língua Portuguesa era a minha preferida, aquela mulher me encantava com tanta sabedoria, era amiga de todos, mas não deixava de exigir que o conteúdo fosse apreendido, inventava mil fórmulas para que decorássemos todos os verbos e regras da Língua Portuguesa, (pena que eu não me lembre mais de nenhuma). Acredito que ela tenha me dado um pouco de inspiração para seguir esta carreira de Professora, mas bem pouquinho mesmo, pois na época nunca havia passado pela minha cabeça ser professora de educação infantil.

3 – A MINHA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

O educador é parte de uma tarefa mágica, capaz de encantar crianças e adolescentes, o que é bem diferente de simplesmente dar aula. Dar aula é só dar alguma coisa. Ensinar é muito mais fascinante (...)

Rubens Alves

Quando contamos a nossa história, contamos com os olhos de hoje. Analisamos os acontecimentos do nosso passado com base no conhecimento que temos agora, portanto, falo de minha formação profissional com olhos e conhecimentos que adquiri durante o curso. Com olhos muito mais críticos do que os da época.

3.1 – A MINHA PROFISSÃO : PROFESSORA?

Por mais que eu tente, não me lembro quando decidi que iria ser professora , acho que não decidi, aconteceu. Só me lembro que quando terminei a 8º série (em 1992) tinha certeza que não queria fazer um colegial normal e sim técnico. Questões de ordem financeira, somadas às pessoais, como insegurança, me fizeram pensar na necessidade de adquirir uma profissão rapidamente. Havia dois colegiais técnicos gratuitos que me interessaram, um de contabilidade e outro de Habilitação Específica para o Magistério, optei pelo Magistério porque nunca fui boa em Matemática. Fui para a Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau Dr. Mello de Moraes.

Arrependi-me tanto, odiei o curso, só tinha mulheres na sala, e eram bem diferentes de mim, pois nasci e cresci na zona rural , caí de pára quedas em uma realidade totalmente diferente da minha. Fui excluída por ser diferente. Odiava

quando chegava um professor novo e pedia para que nos apresentássemos, pois quando eu dizia o nome do bairro onde morava (Pau Queimado) e que eu vinha da Escola do Bairro Serrote, todos riam de mim, eu ficava com muita vergonha, pois sempre fui muito tímida, queria sumir e nunca mais voltar naquela escola. Eu ficava sempre sozinha, era horrível.

Não sei se os professores não eram muito bons, ou se eu é que não estava disposta a aprender. O que sei é que não aprendi quase nada, não que eu me lembre.

Cordié (em seu livro “Os atrasados não existem”) nos diz *“que o professor só pode fazer nascer o amor pelo saber, quando ele próprio conhece essa paixão. Não aprendemos de qualquer um, aprendemos daquele a quem outorgamos confiança e direito de ensinar”*

Mas da minha professora de Didática do último ano eu me lembro, ela era dona de uma escolinha. Era totalmente e cegamente Contrutivista e passou toda aquela interpretação errada da teoria Construtivista para nós. Foi aquele alvoroço, não se podia mais ensinar a criança, ela tinha que aprender sozinha, corrigir os erros então muito menos, caneta vermelha?! Pecado mortal!!!

Aquela foi uma época de muitos equívocos sobre o construtivismo.

Outro equívoco, com certeza originado na falsa idéia de que o construtivismo seja um novo método de ensino é o de que “a teoria na prática é outra”. Na verdade, a teoria na prática não é outra. Por ser uma teoria, o construtivismo procura dar conta de explicar as operações que entram em ação no processo de aprendizagem.

(ROSA, p.50)

Nesta época, meu pai, no intuito de facilitar a nossa vida nos estudos, resolveu se mudar para a “cidade”. Fomos morar em um bairro chamado Jardim

Planalto, um pouco mais próximo do centro e com melhor acesso ao transporte público. A casa tinha um salão na frente onde ele abriu uma sorveteria. Minha irmã (Silvia) e eu cuidávamos da sorveteria e estávamos na mesma escola. Ela fazendo contabilidade e eu o Magistério.

O curso não despertou em mim nenhum interesse pela profissão, ao contrário, me fez ter raiva dela. Não desisti do curso por respeito à meus pais, que sempre lutaram muito para que todos os filhos pudessem estudar, mas eu não via significado nenhum naquilo que eu estava fazendo, não entendia no que aquilo me seria útil.

Do estágio que eu fiz, o qual eu me lembro mais, foi o que eu fiz em uma sala de 3º série onde lecionava um professor, acho que o nome dele era Sérgio, não me lembro bem, mas o que eu não esqueço é que ele tinha uma letra horrível e me fazia ficar copiando textos e mais textos, atividades e mais atividades naquele papel estêncil. Me dava o serviço dele da semana toda, eu não tinha tempo nem de prestar atenção na aula dele, (acho que era essa mesmo a sua intenção).

Eu não tinha contato direto com as crianças dentro da sala, ficava sentada na última carteira. Somente no hora do recreio é que eu conversava um pouco com as crianças.

Estágio em salas de Educação Infantil eu nem cheguei a fazer, a professora não encontrou (se esqueceu de procurar) uma creche ou escolinha para que pudéssemos fazê-lo, então pediu a uma amiga dela que “desse um jeitinho” nesse problema. A conclusão foi a seguinte: as horas de estágio (não me lembro quantas horas eram) que tínhamos que fazer, foram feitas em três torturantes e humilhantes dias em uma escolinha particular (da elite), onde não podíamos sequer chegar perto das crianças e tínhamos que ficar escondidas pois a diretora não queria que os pais

dos alunos nos vissem lá dentro. No mesmo dia que eu, estagiava uma amiga minha que era negra, era visível a forma diferente de tratamento entre nós, tanto por parte dos funcionários quanto por parte das crianças. Não podíamos comer nada pois tudo lá era pago pelos pais, foi horrível. Na época adorei que tivesse durado apenas três dias.

(...)a escola contribui para perpetuar as desigualdades, ao mesmo tempo em que as legitima. (...) ela transforma as desigualdades de fato em desigualdades de direito, as diferenças econômicas e sociais em “distinção de qualidade”, e legitima a transmissão da herança cultural. Por isso, ela exerce uma função mistificadora. Além de permitir à elite se justificar de ser o que é, a “ideologia do Dom”, chave do sistema escolar e do sistema social, contribui para encerrar os membros das classes desfavorecidas no destino que a sociedade lhes assinala, levando-os a perceberem como inaptidões naturais o que não é senão efeito de uma condição inferior, e persuadindo-os de que eles devem seu destino social (cada vez mais estreitamente ligado ao seu destino escolar, à medida que a sociedade se racionaliza) – à sua natureza individual e à sua falta de dons. (BOURDIEU, p.59)

Mesmo assim, após me formar (1996), decidi seguir carreira, mas eu não sabia como eu poderia fazer isso, não havia sido instruída a esse respeito. Fiquei “boiando”. Tentei encontrar uma vaga numa escola do Estado, a fila era enorme e, lógico, não consegui, pois não tinha dado nenhuma aula ainda, então não tinha pontos e conseguia a sala quem tinha mais pontos (mais horas aulas), quem era mais velha e quem tinha mais filhos, etc. A mulherada disputava as vagas quase à tapas. Cheguei a conclusão que realmente havia escolhido a profissão errada. Eu achava que deviam escolher os professores por competência e não por experiência. Doce ilusão, eu nem imaginava como a experiência era importante.

Depois de algum tempo, uma amiga minha, que trabalhava em uma escola Estadual me ligou perguntando se eu me interessava em substituir uma professora que havia faltado. Por coincidência era a escola do bairro onde eu havia morado, a mesma onde eu havia feito o primário. Fiquei feliz e muito empolgada, iria rever a minha escola da infância.

Era uma sala de 3º série e eu iria ficar com ela durante uma semana, a professora já havia deixado tudo escrito num caderno e eu só teria que copiar na lousa, me pareceu muito fácil.

Foi aí que o meu mundo caiu. Fui muito mal recebida na escola, a diretora não estava neste dia e, de cara, percebi que as outras professoras não gostaram de mim, todas chegaram de ônibus e eu fui a única que chegou de carro, me olharam dos pés a cabeça, como que dissessem “essa aí não precisa dar aulas” acredito que eu havia tomado o lugar de alguma colega delas que, pelo jeito, precisava mais das aulas do que eu.

Na sala de aula foi um pouco pior, a escola não era nem sombra do que era antes, atendia agora também um bairro novo que haviam construído perto dali, um bairro feito pela prefeitura para desocupar uma favela. Até bolinha de papel jogaram na minha cabeça, não consegui fazer com que copiassem a lição da lousa.

Não recebi nenhuma ajuda das outras professoras e sim críticas, elas entravam na sala, mandavam as crianças calarem a boca pois estavam atrapalhando a aula delas, saíam dizendo que eu não servia para ser professora e nem sequer olhavam para mim. Eu precisa muito de ajuda, pois nunca havia estado sozinha em uma sala de aula, percebi, então, que não tinham me ensinado nada da prática de uma professora no curso de magistério.

Nos outros dias, a diretora estava presente, ela sim era uma excelente profissional, conversou comigo, explicou que aquela sala era mesmo complicada, que era difícil lidar com aqueles alunos. Fiquei mais confiante com o apoio dela e resisti bravamente, e mesmo com as outras professoras me boicotando, fiquei até o último dia com a sala.

Consegui então mais uma substituição na mesma escola, agora em uma sala de 4º série. Foi o fim da minha vontade de seguir nesta profissão. Se eu achava difícil atuar em uma 3º série era porque eu nunca tinha estado em uma 4º série, não agüentei a falta de educação das crianças comigo, na cabecinha delas substituta não era professora, então não precisava ser respeitada. Saí da sala chorando. Nunca mais voltei.

Agora, com a pouca experiência que tenho já consigo entender que o problema não eram as crianças e sim eu. Eles não estavam lá para copiar textos, isso não interessava, não prendia a atenção deles. Eu fui para aquela escola imaginando uma sala de aula igual àquela que eu havia freqüentado ha anos atrás. O pior era que eu, mesmo sem perceber, desejava isso. Eu queria ser respeitada como autoridade maior dentro da sala de aula.

Resolvi seguir a profissão do meu pai, que nesta época era comerciante, e fui trabalhar com ele de balconista e assim fiquei durante 6 anos. Neste período participei de alguns concursos públicos: Bibliotecária, secretária de Escola, Professora de ensino fundamental e Professora de pré escola. Passei nos dois para professora, me julguei sem sorte.

3.2 – MINHA PRIMEIRA TURMA

Em 1999 fui chamada para assumir o cargo de professora de ensino fundamental, quando cheguei lá era em uma sala de 4º série, não tive coragem de assumir e desisti novamente.

Me casei em 2000, minha filha nasceu em 2001 e minha vida como comerciante estava indo muito bem, já era sócia da loja quando em fevereiro de 2002 recebi uma carta da prefeitura me convocando para assumir o cargo de professora de pré-escola (5 a 6 anos). Já nem me lembrava mais que havia passado naquele concurso publico.

Pensei muito, muito mesmo, eu não precisava do emprego, o salário nem era tão bom e eu já estava empregada. Meu marido me incentivou, um cargo público significava estabilidade. Mais madura, com 24 anos, eu cheguei a conclusão que estava um pouco mais preparada para “tentar” novamente assumir minha profissão.

Fui para a escolha da sala e consegui uma sala, por coincidência (ou destino), na zona rural da cidade, para ser mais especifica à 40 quilômetros do centro da cidade. Disseram-me que era uma pré-escola isolada. Mas eu nem lembrava o que era uma escola “isolada”.

Quando redescobri o significado desse “isolada”, fiquei um pouco preocupada. Tratava-se de uma única sala de aula onde se recebia uma turma de manhã e outra à tarde, não havia diretora ou secretária, ou seja, ninguém além de mim para cuidar e educar das 26 crianças (incluindo uma com DM). Eu teria que me responsabilizar tanto da parte pedagógica quanto da parte administrativa da escola.

Agora pensem comigo: Que estrutura tinha eu para fazer isso? O meu curso de magistério (que eu havia concluído há 6 anos) tinha me dado base para tanto? O

que sabia eu de educação infantil? E de Educação Especial? E de administração escolar?

Fiquei totalmente perdida, não sabia nada do currículo da pré-escola, não sabia como deveria agir diante daquelas crianças tão pequenas.

Quando cheguei na escola a primeira pergunta que eu fiz à minha colega de trabalho foi: “o que se ensina para crianças de pré-escola?” Foi aí que eu senti falta daquele estágio na Educação infantil que havia dado graças a Deus por não ter feito...

As minhas dúvidas eram muitas. Educar, orientar, cuidar, socorrer, consolar, onde começava e onde terminava o meu trabalho? Afinal de contas, o que significava Educação infantil? O que ensinar para crianças tão pequenas?...

Pelo menos eu tinha a consciência de que teria de ensinar alguma coisa. Já era um bom começo. Melhor do que se eu tivesse aquela preconceituosa idéia (como muitos outros professores) de que crianças somente aprendem após os seis anos.

Uma tentativa de resposta a essa questão me levou à loucura, saí à caça de livros didáticos para pré-escola ou algum livro que me desse alguma teoria a respeito. Não encontrei nada, eu estava à beira de um ataque de nervos quando minha irmã, Claudia, que agora era agente escolar de saúde em uma creche, apresentou-me ao Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998), publicado pelo Ministério da Educação e do Desporto (que eu nem sequer sabia que existia) e ele me mostrou que existiam temas importantes a serem trabalhados e que estes temas necessitavam acolher a criança como um todo, fazendo com que a criança se descobrisse e, ao se descobrir, descobrisse também o mundo. Não me julguem, foi o único socorro que recebi naquele momento.

Mas, para complicar o que já estava complicado, fiquei sabendo que eu seria obrigada a fazer um curso de Pedagogia se quisesse continuar nesta profissão. Tudo já estava tão difícil, eu continuava trabalhando na loja do meu pai de manhã, dava aulas à tarde e agora teria que estudar à noite.

Em uma de nossas reuniões pedagógicas mensais, onde se reuniam todas as professoras de pré-escolas isoladas e uma supervisora, recebemos a notícia que a UNICAMP estava oferecendo o curso de Pedagogia para as professoras em exercício. Ficamos sabendo um pouco em cima da hora, pois por estarmos em escolas isoladas a comunicação com a Secretaria Municipal de Educação era bem falha e deixava muito a desejar (e ainda deixa), tínhamos que tomar a decisão rápido, também tinha a questão financeira, precisávamos de dinheiro para fazer a inscrição para o vestibular. Somente eu e mais uma professora resolvemos fazer a inscrição.

Minha dificuldade com a sala estava diminuindo mas eu sentia que faltava alguma coisa, e quando iniciei o curso de pedagogia (agosto 2002), tive certeza. Fiquei até um pouco assustada, durante as aulas eu fui revendo minha prática e descobrindo que algumas das atitudes que eu tinha em sala de aula não estavam corretas. Algumas coisas que não se podiam dizer ou fazer à uma criança eu estava fazendo. Cheguei até a pensar em desistir, achava que realmente eu não servia para ser uma professora de criança pequena.

*“A frustração do professor não termina com o reconhecimento de que o ensino é sempre imperfeito, de que se cometeu inevitavelmente erros e que, por vezes, qualquer professor pode atuar mediocrementemente ou injustamente, ou até cometer coisas más.”
(WINNICOTT-1977)*

Como eu podia estar dentro de uma sala de aula sem ter noção do que eu estava fazendo, do mal que eu podia causar aos meus alunos?

Não estava sendo fácil conciliar o trabalho com os estudos, a escola onde eu trabalhava era distante demais, tudo estava muito complicado. Eu teria que decidir se realmente queria seguir a profissão de professora ou de comerciante, pois com as duas não dava para ficar, visto que uma atrapalhava a outra (não conseguia fazer nenhuma das duas direito) e isso estava me deixando muito mal.

Optei pela profissão de professora, não sabia porque estava fazendo aquilo, pois, com o salário de professora, eu quase nem consigo pagar a gasolina para ir trabalhar. Todo mundo me criticava, dizia que era para eu pedir remoção pois aquela escola era muito distante. Mas era exatamente isso que me prendia lá. Eu era a única professora que estava lá por dois anos seguidos, ninguém queria dar aulas lá porque era muito longe, eu me lembrava dos professores que tive, que só pegavam aulas na zona rural porque “sobravam”. Eu só conseguia pensar naquelas crianças.

Trabalhando apenas no período da tarde ficaria mais fácil para me dedicar aos estudos, pois eu estava precisando, sabia que tinha muito ainda a aprender.

4 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROFISSÃO A SER INVENTADA?

“esta profissão precisa de se dizer e de se contar: é uma maneira de a compreender em toda a sua complexidade humana e científica. É que ser professor obriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar; e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser.”

Antonio Nóvoa, 1992

No decorrer do curso, minha autocrítica foi aumentando e chegou a ficar insuportável, o curso estava me mostrando que não bastava gostar de crianças ou “achar” que tinha vocação para ser professora de criança pequenina, era preciso ter certeza de que era essa a profissão a seguir e estudar muito para “ser” realmente uma boa educadora. E era essa certeza que eu ainda não tinha. Será que eu realmente servia para ser professora de educação infantil?

Fui percebendo o quanto ainda desconhecia dos saberes que as crianças tinham sobre o mundo e até mesmo sobre nós adultos, saberes que são construídos socialmente, fora ou dentro da escola e conferem identidades culturais à elas.

Nessa profissão, vivemos aspectos diferenciados, somos as tias ou professorinhas, com todo desprestígio social do título. A pessoa boazinha que cuida, que faz as vontades, que é útil para várias tarefas, mas que não é a mãe, portanto não decide nada. Aquela que não sendo responsável pela “alfabetização” da criança, não define nada. Não precisa de muito preparo, não precisa ser muito competente. Aquela que tem que escutar a mãe de seu aluno dizer: “eu deixo ele

faltar porque a pré-escola não tem muita importância mesmo né, mas quando ele estiver na primeira série não vai faltar mais viu meu filho”.

Mas junto com essa realidade, existe outra. Somos uma categoria, nos organizamos em sindicatos, lutamos pelos nossos direitos, somos objetos de pesquisa e estudos. Somos responsáveis sim pela educação das crianças, somos responsáveis pela base que ela vai carregar pelo resto da vida escolar.

Somos aquelas que chegamos em casa com a cabeça carregada de piolhos, custamos a acabar com eles e no dia seguinte não negamos aquele abraço agarrado, grudado no pescoço sentindo a transfusão dos piolhos e mesmo assim, sentimos amor pelo que fazemos. Somos aquelas que limpamos a “sujeirinha” que uma criança fez nas calças e combinamos que aquele será o nosso segredo. É isso que nos diferencia dos outros profissionais?, o afeto, o amor, atenção, o cuidado que temos com as crianças?

Pesquisas realizadas com crianças de zero a seis anos são recentes, mas estão provando a importância da educação infantil.

“ A ciência está mostrando que o período que vai da gestação até o sexto ano de vida, particularmente de zero a três anos é o mais importante na preparação das bases das competências e habilidades no curso de toda a vida humana (...) as pesquisas nos apontam que como proteínas, gorduras e vitaminas, interações com outras pessoas e objetos são nutrientes vitais para o cérebro em crescimento e em desenvolvimento. Sob o ponto de vista da educação infantil, antes mesmo das pesquisas sobre o cérebro, já se havia constatado sensíveis progressos nos níveis de aprendizagem e desenvolvimento das crianças que freqüentaram a educação pré-escolar.” (SCHNEIDER, 2004).

Mesmo assim, ainda é difícil para alguns profissionais ou mesmo pais, entenderem a importância da Educação infantil. Sempre ouvimos alguém dizer “Ah!, *você trabalha na Educação infantil, né? Não tem quase nada pra fazer, é só brincar.*”

Só que o que eles não sabem é que não é nada fácil ser professora de educação infantil. É uma profissão complicada, pois você tem que voltar a pensar como criança para poder conseguir entrar neste mundo fascinante em que elas vivem.

Lendo uma entrevista, em que Maria José F. Ávila Wada, pergunta a uma professora como ela se via nessa profissão, percebi que a resposta dela era exatamente como eu pensava:

Ser professora de criança pequeninha? Você precisa ter uma mobilidade muito grande para conseguir, em determinados momentos chegar no nível daquela criança, conseguir entrar nas brincadeiras. Mas não como aquela chata... Toda professora faz isso: Ah! Que cor que é ? Que tamanho que é? Com quantos ficou agora? Ah! E agora o que ela vai fazer? Mas além disso, é entrar na brincadeira também. As crianças precisam sentir o adulto que está ali junto, próximo. Tirar o sapato, pisar na areia junto, fazer bolo de areia junto, sentar na gangorra junto, desde que não vá quebrar as coisas da escola. Conseguir se desligar dos problemas do dia-a-dia e chegar na sala de aula e pensar: ‘bom, agora eu estou com as crianças e eu vou ter um alto astral de criança’. (WADA,2003.P.62)

Esse depoimento revela que nós, professoras de educação infantil, precisamos *ser diferente*, precisamos brincar, precisamos de uma mobilidade muito grande para chegar ao nível de nossos alunos. Precisamos elevar-nos, ficar nas pontinhas dos pés e esticar os braços ao máximo, para enfim conseguirmos atingir o nível de pensamento de nossas criancinhas, e não o contrário.

Seguindo o pensamento de FARIA (1999),

(...) o adulto que trabalha direta ou indiretamente com elas precisa ser um profissional, e para tal precisa aprender esta profissão de professora de criança pequena: professora de creche, professora de pré-escola. Trata-se de um tipo de professor diferente dos professores dos outros níveis de ensino (FARIA, 1999b. p.27)

Enxergamos nossas criancinhas como alguém que nos ensina, vamos ao seu encontro, abrimos os braços para recebê-las e verdadeiramente escutá-las, e, para isso, precisamos entrar em seu mundo, enquadrar-se nele, e não o contrário. Não as olhamos como um “dever-ser”, como alguém que deverá enquadrar-se à nossa lógica, seguindo os degraus da escada que cuidadosamente programamos para ela percorrer. Nos relacionamos com ela como alguém que possui uma outra verdade, a qual devemos escutar, e não tentamos, ao contrário, subjugá-la ao poder de nossos saberes e de nossas práticas educativas.

Mas para que eu entendesse essa diferença e conseguisse enxergar como hoje, foram necessários muita prática e reflexões. Tive que reaprender a ver e a ouvir, pois basta observar cuidadosamente o que as crianças fazem ao nosso redor para nos convenceremos de que são criativas. Precisamos apenas oferecer à elas a oportunidade de criar. Charlot (1983), nos diz que:

as pedagogias tradicional e nova se apoiam na idéia de natureza infantil e não a partir da condição infantil. Estas pedagogias influenciaram nosso corpus de representações acerca das crianças. Nós ainda as representamos ora como reis, ora como vítimas, mas somos incapazes de percebê-las como são de fato. Nos tornamos adultos e adultas, mas esquecemos que nesse processo, enclausuramos nossos imaginários. O sentimento de realidade que nada tem em comum com o sentimento de fantasia do real vivido pelas crianças (elas não distinguem fantasia da realidade), possivelmente constrange nossa capacidade de perceber as crianças como elas “são e estão” em interações com seus pares e adultos no mundo. (CHARLOT,1983)

Devemos ouvir nossas crianças. Ouvir mais do que falar. Ouvir as curiosidades, as perguntas, as histórias de vida, as memórias guardadas, sua vida cultural e social. Possibilitar a comunicação entre elas e não fazer com que se calem, possibilitar a cooperação, o sentimento, a socialização, a descoberta, e assim, somente assim, buscar objetivos relativos aos conteúdos.

Precisamos saber o que elas sentem, saber o que elas sabem, o que elas querem saber, saber tudo sobre elas, pois somente assim é que vamos ter a certeza de que estamos educando para a vida. Segundo DELGADO (2004),

(...) nem mesmo as lições diárias que a vida nos ensina e que fragilizam uma a uma das nossas certezas, como peças de um jogo de dominó que vão se sucedendo, nos fazem compreender que a realidade é dinâmica e ainda sabemos pouco sobre as crianças e suas culturas. É provável que elas saibam bem mais sobre nós adultos/as, sobre as instituições que ajudamos a construir, embora ainda não tenhamos parado para escutá-las, para compreender suas idéias acerca das nossas pedagogias, ou sobre o que elas pensam de nós, das escolas infantis, das creches e pré-escolas que criamos pensando nelas e nas suas necessidades. (DELGADO, 2004)

Hoje percebo e defendo que o papel do professor não é o de silenciar, mas o de quem cria situações discursivas das crianças para que cada uma vá assumindo o seu papel no trabalho socializado, contribuindo e permitindo que os colegas contribuam também. É preciso desejar que a criança fale.

Nós professoras já temos aquela imagem construída historicamente, a imagem daquela que dirige, silencia, disciplina. Será necessário um grande esforço da nossa parte, para que essa imagem se apague e que a interação entre professor e alunos aconteça de forma verdadeira, para que possamos ser considerados uma pessoa com quem se pode e se quer falar.

As vezes, no esforço de prepararmos uma aula, planejamos as atividades em todos os seus detalhes, e esse tipo de preparo, reduz as iniciativas das crianças e faz com que percamos possibilidades maravilhosas que só o imprevisto e a surpresa podem nos dar. Ainda utilizando as palavras de DELGADO (2004)

Nos acostumamos a pensar nas crianças enquanto alunas e alunos, geralmente em escolas ou espaços educativos formais, ou ainda nas crianças dentro de creches e pré-escolas. Nos acostumamos a pensar em educação como algo institucionalizado e vivido em espaços escolares.(...) pouco nos interessamos pelas crianças e suas culturas interagindo em espaços que nós adultos ainda desconhecemos, ou pelos quais temos passado sem refletir de forma mais prolongada. (DELGADO,2004)

4.1 - A SITUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Agora, que estou concluindo meu curso, fico imaginando que existem muitas outras professoras que ainda se encontram na mesma situação que eu estava antes, sem a formação específica para a educação infantil, isso é preocupante.

Segundo Maria Evelynna (2003) um Censo realizado pelo INEP/MEC, em 2000, na educação infantil, nos mostrou que:

Quanto à formação dos profissionais, o censo mostrou que 32% das creches contam com coordenadores ou orientadores pedagógicos com nível superior e 39% têm diretores com formação superior; no entanto, apenas 16% tem professores com este nível de formação. Na pré-escola, cerca de 35% dos estabelecimentos têm coordenadores ou orientadores educacionais com formação universitária e 38% têm diretores com este nível de formação; mas apenas 27% das funções docentes (ou seja, a cada quatro apenas uma) são ocupadas por professores com curso superior, 67,6% por professores com curso médio, e 9,3% por profissionais que têm somente o fundamental completo ou incompleto.(FARIA, 2003. pg.116)

Esta situação revela o esforço que ainda deverá ser feito para que as metas do Plano Nacional de Educação (lei n.º 10.172, de 9 de Janeiro de 2001) que se refere à qualificação dos profissionais de Educação Infantil sejam alcançadas e o quanto as nossas crianças vão ter que esperar pelo direito a um atendimento de qualidade.

O fato da Educação Infantil ter surgido quando as mulheres precisavam buscar seu espaço no mercado de trabalho, acabou transformando-a em substituta das mães, o que acarreta até hoje uma confusão de papéis a respeito da função da Educação Infantil, provocando assim, uma grande desvalorização dos profissionais que atuam neste nível de ensino. Considera-se que estes educadores não precisam de uma sólida formação teórico-prática, bastando que saibam cuidar adequadamente do bem-estar físico das crianças, evitando sujeira, doença ou bagunça. Educação Infantil é só brincar.

Porém a vertente “libertação da mulher” não explica, por si só, a saída em massa do filho pequeno de casa para ser educado e cuidado em equipamentos coletivos. Uma movimentação importante em torno da pequena infância, de suas necessidades educativas e de suas competências, pode também ser observada nesta segunda metade do século XX, que justificaria, mesmo por parte de famílias cujas mães não trabalham fora, a procura de outras instituições para enriquecer a socialização do filho. (ROSEMBERG, p. 170)

Por outro lado, considera-se que a educação infantil é uma preparação para a escola fundamental, onde as crianças devem ser treinadas para o acesso à primeira série. Os educadores, desta forma, também não precisariam de formação (são menos qualificados que os de outros níveis de ensino), e deviam ser mais atentos na relação com as crianças, para facilitar a adaptação destas na 1ª série.

A função da escola maternal não é ser um substituto para uma mãe ausente, mas suplementar e ampliar o papel que, nos primeiros anos da criança, só a mãe desempenha. Uma escola maternal, ou jardim de infância, será possivelmente considerada, de modo mais correto, uma ampliação da família ‘para cima’, em vez de uma extensão ‘para baixo’ da escola primária. (WINNICOTT, 1982, p. 214)

Hoje, há uma crescente discussão sobre a qualificação dos profissionais que trabalham com a educação infantil, pois não se pode mais deixar a educação infantil para segundo plano como acontecia antes, mas ainda há muito o que fazer por essa nova categoria que é tão importante para a educação do nosso país. É preciso que seja respeitada e valorizada.

A educação infantil é a base para aprendizagens subsequentes, é o alicerce psicossocial da vida do ser humano. Ela integra a educação básica juntamente com o ensino fundamental e médio, ou seja, por lei, a educação infantil é um nível de

ensino e isto traz conseqüências para o perfil do profissional que atua neste campo. O que acontece é que mesmo sendo considerada parte integrante da educação básica, sua especificidade é pouco reconhecida, para não dizer que é desconsiderada.

A discussão sobre a política de educação pré-escolar supõe que se leve em conta o fato de apenas a minoria de crianças dessa faixa etária estar sendo atendida hoje no Brasil(...). a democratização da educação supõe que possibilidades de acesso à escola sejam oferecidas a todas as crianças e que o trabalho pedagógico realizado as beneficie ao invés de aumentar a marginalização que sofrem. Ora, no caso da educação pré-escolar brasileira, pode-se afirmar, sem dúvida, que, o acesso não está sendo garantido e pode-se supor, ainda que, se a pré-escola está sendo considerada como compensatória de deficiências, o benefício que poderia trazer às crianças não está sendo efetivado. (KRAMER, 1995 -p.89)

5 – A SEPARAÇÃO ENTRE O APRENDER E O BRINCAR

Ainda me pergunto porque insistir nesta separação entre brincar e estudar. Se a criança pode brincar e aprender ao mesmo tempo, por que não? Por que é tão difícil para alguns profissionais aceitarem isso?

De um modo geral, os educadores infantis reconhecem a importância do brincar no desenvolvimento infantil (...) Convencê-los da importância para a aprendizagem, no entanto, é mais difícil, pois, por muito tempo a definição de sua identidade profissional baseou-se na oposição brincar X estudar: a escolinha e a creche são lugares de brincar, enquanto a escola (nas séries iniciais) é lugar de estudar. (FORTUNA, 2002 p.9)

5.1 – A CRIANÇA NA ANTIGÜIDADE: UM POUCO DE HISTÓRIA

Sem dúvida essa divisão entre brincadeira e atividades ditas sérias atravessa a nossa cultura, mas não foi sempre assim, durante as aulas de História da Educação fui descobrindo que houve um tempo em que as crianças não eram separadas dos adultos no convívio social, no trabalho e mesmo na aprendizagem e assim também no lazer.

Se pensarmos então na sociedade medieval o sentimento de infância praticamente nem existia, quero deixar claro que sentimento de infância à que me refiro não significa o mesmo que afeição pelas crianças e sim *consciência da particularidade infantil*.

Naquela época, a duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, enquanto a criança ainda não conseguia viver sozinha. Assim que a criança tinha condições de viver sem a ajuda da mãe ou da ama, era inserida na sociedade dos adultos e assim não se diferenciava mais destes, eram considerados adultos em miniatura. A criança muito pequena, nem sequer contava, por que era frágil e podia morrer logo, pois naquela época, de acordo com os estudos do historiador francês Philippe Ariès, era extremamente alto o índice de mortalidade infantil, fato que era considerado natural. Quando conseguia sobreviver, a criança entrava imediatamente no mundo adulto.

“A transmissão dos valores e dos conhecimentos, e de modo mais geral, a socialização da criança, não eram portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças à convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las.” (ARIÈS, 1978. P.10)

A partir do século XVI, com o avanço da ciência, conseguiu-se prolongar a vida dessas pobres crianças. Surge então um novo sentimento de Infância, a “paparicação”: a criança passa a ser considerada ingênua, inocente e graciosa, sua ingenuidade e graciosidade passa a ser um objeto de distração e relaxamento para o adulto. Simultaneamente a este, surge outro sentimento: a “moralização”, que considera a criança um ser imperfeito e incompleto, que necessita da moralização e da educação feita por um adulto.

Este duplo sentimento, acaba resultando numa dupla atitude: a de preservar a criança da corrupção do meio, mantendo sua inocência, e a de fortalecê-la, desenvolvendo seu caráter e sua razão.

A família, agora mais numerosa (pois mais crianças sobrevivem), torna-se cada vez mais privada, assumindo funções que antes eram preenchidas pela comunidade. Surge o sentimento de família que perdura até hoje.

A criança deixa de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles, é separada do adulto e mantida à distancia, numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena era a escola, o colégio. O aprendizado passa a ser separado da vida.

É a partir desta época, final do século XVII, início do século XVIII, que começam as primeiras preocupações com a higiene, saúde e educação das crianças, esta última por interesse dos padres Jesuítas, empenhados na moralização dessas crianças. Começa então um longo processo de enclausuramento das crianças, que se estende até os dias de hoje e ao qual se dá o nome de escolarização.

A infância não era pensada de forma específica na sociedade, pelo contrário, educar a criança foi *necessário* para que ela pudesse ser, enfim, moralizada e transformar-se em um adulto em condições de participar da vida social, ou seja, a criança precisava ser socializada, do caso contrário, poderia continuar sendo, provavelmente, um estorvo para a sociedade, já que era vista como um ser despreparado e mal educado. A criança não era divertida nem agradável: *só o tempo pode curar o homem da infância e da juventude, idades da imperfeição sob todos os aspectos*". (ARIÈS, 1981 p. 162)

Mas voltando àquela questão, da separação entre brincadeira e atividades "ditas sérias" , será que a criança, que era considerada um sujeito sem importância para a sociedade antiga, tinha o direito de brincar? Ou o brincar não fazia parte de sua vida?

"No início do século XII não existia uma separação tão rigorosa como hoje entre as brincadeiras e os jogos reservados às crianças e as brincadeiras e jogos dos adultos. Os mesmos jogos eram comuns a ambos". (ARIÈS, 1981, p. 88).

Pesquisando sobre o assunto, encontrei um estudo realizado por Edna Mara Gonzaga Rodrigues Puga e Léa Stahlschmidt Pinto Silva e achei interessante citá-lo. Elas me mostraram que na antigüidade, as brincadeiras e os jogos das crianças eram os mesmos dos adultos: da mesma forma que a criança não tinha seu espaço

na sociedade, também a prática do brincar dependia dos adultos, os jogos e as brincadeiras eram muito comuns entre os adultos, constituíam uma das formas mais utilizadas de estreitamento dos laços entre as pessoas e as crianças também participavam juntamente com eles deste valor social. Não havia as brincadeiras destinadas às crianças, elas não tinham um tempo e um espaço físico e social para brincar, para criar ou para adquirir brinquedos. Os brinquedos mais utilizados pelas crianças, nas suas brincadeiras eram miniaturas de objetos do universo dos adultos, como o cavalo de pau, o arco de penas, o pássaro e a boneca. Muitas dessas miniaturas de objetos eram também depositadas nos túmulos das famílias e possuíam uma significação religiosa. No caso das bonecas, é interessante observar que elas serviam de presentes e enfeites para as mulheres, e, até início do século XIX, faziam o papel de manequins para elas. Elas eram também brinquedos, tanto das meninas quanto dos meninos.

Cheguei a me questionar se as crianças não eram mais felizes naquela época, mesmo sem ter muita importância, pois passavam mais tempo com os pais do que as crianças de hoje, que ficam em casa sozinhas para que os pais possam trabalhar.

Faz-se necessário considerarmos ao analisar estas questões, que a infância e o brincar possuíam significados diferentes, de acordo com as determinações culturais daquela época. O tratamento dispensado às crianças condizia com os valores econômicos, sociais e culturais do período histórico em questão.

Cabe a mim agora a seguinte pergunta: e na infância hoje, a forma que nossas crianças são consideradas condiz com os nossos valores morais e culturais? Que valores morais são esses, que não acreditam que uma criança possa aprender

brincando, mas que permitem que nossas crianças trabalhem ao invés de brincar ou estudar, que se prostituam, que vivam nas ruas, que passem fome?

De qualquer forma, como diz FORTUNA (2002), mais importante do que diferenciar o aprender do brincar é reconhecer o que eles tem em comum: brincamos para dominar angústia, controlar impulsos, assimilar emoções e sensações. Brincamos para estabelecer contatos sociais, compreender o meio, satisfazer desejos, desenvolver habilidades, conhecimentos e criatividade. Brincamos porque esta atividade nos gera um espaço para pensar, onde fazemos avançar o raciocínio desenvolvendo o pensamento, já que a atividade lúdica provoca a cooperação e a articulação de pontos de vista, estimulando a representação produzindo a operatividade. Brincando, superamos o egocentrismo, desenvolvemos a solidariedade. E como se precisasse de mais, brincando somos muito mais felizes. Concordam?

6- O ATENDIMENTO A INFÂNCIA NO BRASIL

A idéia de infância que temos hoje, apareceu com a sociedade capitalista, urbano-industrial. Se na sociedade Feudal a criança exercia um papel produtivo, (adulto), assim que ultrapassasse o período de mortalidade, na sociedade burguesa, passa a ser alguém que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada.

A idéia de pureza e inocência da infância é a que aparentemente prevaleceu até hoje, entretanto, pode-se observar que essa idéia contrasta, com a idéia da crise do desaparecimento da infância que vivemos atualmente:

Todos os dia, encontramos nos veículos de comunicação notícias e imagens de crianças vítimas ou praticantes de atos de violência, de crianças exploradas pelo

trabalho infantil, de crianças vivendo nas ruas, de prostituição infantil, de erotização da criança, etc.

Apesar desses fenômenos não serem exclusivos do nosso tempo presente, a visibilidade que tenho deles, me leva a seguinte indagação: como chegamos a tal ponto?

6.1 – SUA TRAJETÓRIA AO LONGO DOS TEMPOS

Para falar do atendimento à infância hoje, ou seja, para entendermos como o atendimento a infância se constituiu, como passou a ser chamada de educação compensatória e porquê, acredito ser necessário voltar novamente no tempo e contar um pouco da história do atendimento ao pré-escolar, pois somente assim que consegui entendê-la.

Até 1874, pouco se fazia pelas nossas criancinhas no nosso país, existiam somente algumas poucas instituições: a “Casa dos Expostos” ou a “Roda” para os abandonados das primeiras idades e a “Escola de Aprendizes Marinheiros” , para os abandonados maiores de 12 anos.

Mas porque estas instituições foram criadas? Estavam pensando nas pobres criancinhas? Não foi a conclusão que cheguei. Ao tentar saber mais sobre elas, descobri que a intenção não era a de cuidar de nossas crianças e sim a de mascarar problemas os sociais da época. Naquela época haviam muitas crianças abandonadas nas ruas. Filhos de escravas que tinham a liberdade ao nascer eram jogados nas ruas, filhos ilegítimos, etc. Criando estas instituições, encontraram outra maneira de esconder essas crianças.

Segundo os estudos de KRAMER (1995), as primeiras iniciativas voltadas à criança partiram de higienistas e se dirigiam contra a alarmante mortalidade infantil

na época. Os poucos projetos desenvolvidos tinham caráter preconceituosos e valorizavam diferentemente as crianças negras (escravas) e as da elite. A atuação dos médicos assumia formas diversas. No final de 1873, o Barão de Lavradino atribuía ao aleitamento materno mercenário (feito por escravas) como principal causa de mortalidade infantil, enquanto Moncorvo Figueiredo criticava a prática médica, sugerindo a criação de clínicas para partos e moléstias infantis e também implementação de cursos especializados, mas não foi ouvido. Faltava interesse da administração pública pelas condições da criança brasileira, principalmente às mais pobres.

Mais tarde, a idéia de proteger a criança começava a despertar, mas o atendimento se restringia a iniciativas isoladas. As instituições dirigidas às classes desfavorecidas, como por exemplo: O Asilo de Meninos Desvalidos (Instituto João Alfredo) 1875, os três institutos de menores Artífices (1876) ou os colégios e associações de Amparo a Infância (como o primeiro Jardim de infância do Brasil), eram insuficientes frente a situação de saúde e educação da população.

Sobre o primeiro Jardim de Infância no Brasil, o que sei é que ele foi criado em 1875 no Rio de Janeiro por iniciativa particular de Menezes Vieira, para atender a elite Carioca. Desde a sua instalação, a importância dessa modalidade escolar foi discutida e criticada. Para alguns, significava uma “instituição de caridade para menores desvalidos”, para outros era uma “instituição sem utilidade para o Brasil, onde a mulher só tinha a função de cuidar dos filhos”, ou mesmo “objeto de luxo”. Mas para outros, como Rui Barbosa e Souza Bandeira, significavam estabelecimentos com orientação educativa, diferenciando-se assim das casas assistências (essa instituição foi fechado logo por falta de apoio do Poder Público).

Frederico Guilherme Froebel foi o criador desta modalidade de ensino denominada Jardim de infância, em 28 de julho de 1840 em Bad Blankeenburg, na Alemanha. Ao escolher esse nome *jardim de infância (kindergarten)*, Froebel utilizou-se da metáfora do crescimento da planta. Assim, atribuiu-se o nome de jardineira a professora de educação infantil.

O jardim de infância *froebeliano* (porque naquela época já haviam imitações), destinava-se a educação de crianças de 3 a 7 anos, através de atividades que envolviam a formação religiosa, o cuidado com o corpo, observação da natureza, poesia, cantos, exercícios de linguagem manuais, desenho, viagens, passeios. O educador, por sua vez, era incumbido de estimular o desenvolvimento integral da criança. Eram considerados estabelecimentos educativos, diferenciando-se das salas de asilo. Pelo que eu pude concluir, estas instituições eram particulares e somente para os filhos da elite. Quem tinha dinheiro tinha atendimento e quem não tinha dinheiro, e realmente precisava, não.

Com a implantação da república em 1890, Prudente de Moraes, quando governador de São Paulo, recomendou à Rangel Pestana a reforma da Escola Normal da capital e nesse projeto já aparecia o jardim de infância para crianças de 4 a 7 anos, mas, dificuldades de ordem legal, impediam a criação dos Jardins de Infância naquela época, pois a constituição fixava o início da obrigatoriedade escolar aos sete anos de idade e restringia a liberação de recursos públicos a estabelecimentos para crianças abaixo da idade (como se fosse somente naquela época!).

Contrariando essas normas, Gabriel Prestes, para tentar completar a reforma iniciada por Rangel Pestana, inaugurou em 1896, um jardim de Infância anexo à escola normal da Capital que dirigia. Em seu projeto seria destinado a educação

povo, mas, passou a atender filhos de governantes e elementos das camadas mais abastadas da sociedade Paulista, ou seja, continuou sendo somente para a elite.

A sala de asilo, na minha opinião, foi a modalidade de atendimento infantil que mais marcou aquela época. Atendia a crianças na faixa etária dos 0 aos 3 anos e tinha um caráter somente assistencialista, para suprir as necessidades de cuidado, de higiene, alimentação. Essas instituições, mais tarde passaram a ser chamadas de Escolas Maternais.

Provenientes da França, as escolas maternais surgiram em 1848, quando a inspetora francesa Francisca Pape-Carpantier tentou substituir as desgastadas instituições assistências conhecidas como salas de asilo, mas somente em 1879, por insistência de Pauline Kergomard, a questão do nome ressurgiu e no decreto de 1881 o nome Sala de Asilo foi modificado para Escola Maternal e, assim, foram incluídos objetivos como o desenvolvimento físico, intelectual e moral das crianças, até então ausentes.

As antigas salas de Asilo eram freqüentadas por crianças pobres e abandonadas e a mudança do nome representava uma tentativa de acabar com o generalizado preconceito contra essa organização.

O trabalho pedagógico com a faixa etária de 0 a 3 anos no Brasil é um fenômeno relativamente recente, que está sem dúvida associado ao grande aumento da participação das mulheres na força de trabalho.

O trabalho feminino se tornou praticamente indispensável para a renda familiar, isso quando não significa a única renda da família, principalmente nos setores de pior condição social. Para estas mulheres, a possibilidade de poder deixar seus filhos em um ambiente protegido era (e ainda é) um recurso de importância inestimável.

Mas a importância escolar para o público infantil, porém, era desconhecida. Os objetivos dessa instituição, sua função educativa, não eram levados em consideração, o que levava diversos políticos e Educadores a associar todas as instituições infantis às casas assistencialistas de cunho religioso.

No início do século XX, a situação começa a mudar. Grupos determinados a diminuir a apatia dos governantes quanto ao problema da criança, começaram a aparecer. Foi criado o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Brasil (Rio de Janeiro, 1899) com o objetivo, de:

atender aos menores de 8 anos, elaborar leis que regulassem a vida e a saúde do recém nascido, regulamentar o serviço das amas de leite, velar pelos menores trabalhadores e criminosos, atender as crianças pobres, doentes, defeituosos, maltratados, abandonados; criar maternidades, creches e jardim de infâncias.

(KRAMER, 1995, p. 52)

Depois da criação do Instituto houve uma certa movimentação na criação de creches, jardins de infância e maternidades. Em 1908, teve início a “primeira creche popular”, dirigida a filhos de operários com idade até 2 anos, e em 1909, foi inaugurado o Jardim de Infância Campos Salles no Rio de Janeiro.

Em 1919, ainda por iniciativa dos fundadores do Instituto, foi criado o Departamento da Criança no Brasil, criado e mantido por Moncorvo Filho, sem receber qualquer auxílio do Estado ou do município. Foi reconhecido de utilidade pública em 1920. Ele tinha diferentes tarefas:

realizar histórico sobre situação da proteção à infância no Brasil (arquivo); fomentar iniciativas de amparo à criança e à mulher grávida pobre, publicar boletins, divulgar conhecimentos, promover congressos, concorrer para a aplicação das leis de amparo à criança; uniformizar as estatísticas brasileiras sobre a mortalidade infantil.

(KRAMER, 1995, p. 53)

Estimulados pelas facilidades concebidas pela legislação, industriais e religiosos e damas da sociedade iniciaram a oferta de escolas maternais junto a Centros fabris e vilas operarias, para atender exclusivamente os filhos de operários. As motivações iam desde aumento da produção até ações humanitárias, mas nunca preocupações com a Educação Pré-escolar.

A ideologia do progresso, amparado pelos dispositivos legais, definiu a escola maternal como sendo própria para operários. O decreto 3708 de 30 de abril de 1924 não deixa dúvidas ao especificar: “as escolas Maternais são destinadas a iniciar a Educação Física, Intelectual e Moral dos filhos de operários servindo de intermediárias entre a família e a escola”. (KISHIMOTO,1988, p.59)

Muitos educadores discordavam dessa discriminação em torno dos dois estabelecimentos infantis que atendiam crianças da mesma idade, tendo apenas uma população distinta: nos jardins de infância, os ricos e , nas escolas maternais, os pobres.

Contrariando esta postura, Villalba Alvin afirmava: “a escola maternal é... uma instituição para as crianças de 2 a 4 anos e o jardim de Infância para os de 4 a 6 anos. No nosso projeto não é a classe social mas a idade das crianças que diferencia primeiramente as duas instituições” (ALVIN, 1941 apud KISHIMOTO,1988, p.59)

Em 1922, o departamento da criança no Brasil, organizou o primeiro congresso Brasileiro de Proteção à infância, atribuindo importância significativa ao atendimento da criança. De uma educação elitista, característica do período colonial e imperialista, passava-se para uma defesa da democratização do ensino.

Educação significava possibilidades de ascensão social e era defendido como direito de todas as crianças. Mas quanto as crianças de 0 a 6 anos ainda eram

assistidas por instituições de caráter médico, com muito poucas iniciativas educacionais e até a década de 20 a assistência à infância vinha se dando quase exclusivamente através de instituições particulares.

Em 1930, de uma estrutura de poder baseada no coronelismo passamos para uma política “café com leite”. Muitas outras mudanças políticas e econômicas ocorreram e foram determinantes para a Revolução de 1930. A causa da infância despertava interesse de autoridades oficiais e consolidava iniciativas particulares.

Em 19 de novembro de 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, constituído por quatro departamentos: Departamento Nacional de Ensino, Departamento Nacional de Saúde Pública, Departamento Nacional de Assistência Pública e Departamento Nacional de Medicina Experimental.

O Ministério da Educação e Saúde Pública foi o responsável pela criação do Departamento Nacional da Criança, destinado a coordenar as atividades nacionais relativas à proteção da infância, da maternidade e da adolescência. Seu objetivo era não só relativos a higiene da maternidade e da infância, mas também a assistência social de ambos. Este, centralizou o atendimento à infância brasileira durante quase 30 anos.

Atendimento médico porque via-se na medicina preventiva a maneira de socorrer a criança vítima da família moderna, que era apontada como foco principal do problema da criança. Isso mesmo, culpava-se a família pelos problemas das crianças. Dizia-se que :

a dissolução da família, a dissociação de seus elementos pelo enfraquecimento da autoridade paterna, pela ausência da mulher do recinto do lar, pela guarda dos menores em mãos mercenárias dão a família moderna uma estrutura frágil inconsciente
(VASCONCELOS apud KRAMER,1995)

Mas a análise feita logicamente, não levava em consideração a situação social da família, como se os problemas familiares não tivessem nada a ver com a situação econômica e social do país.

Embora fosse reconhecido que cabia ao governo o dever de fundar e sustentar os estabelecimentos como creches, lactários, jardins de infância e hospitais, dizia-se que não existia uma só municipalidade no país que pudesse cumprir essa obrigação com seus próprios recursos, por isso solicitavam ajuda das entidades filantrópicas. O governo proclamava a importância do atendimento à infância, mostrava impossibilidade de resolvê-lo, enquanto dava a impressão de que a proteção à infância era um favor e não um direito. Escondia-se que o problema da infância tinha origem na divisão da sociedade em classes sociais.

Em 1941 era criada a Secretaria de Assistência a Menores, voltado ao atendimento de menores de 18 anos, abandonados e delinquentes.

Foi fundada, em 1948, a Organização Mundial para Educação Pré-escolar (OMEP), tendo como finalidade atender a criança na faixa etária de zero a sete anos, de todas as classes sociais, uma organização educativa internacional e não governamental. O comitê Nacional brasileiro da OMEP foi fundado em 1953 (RJ).

O ministério da Educação e Cultura, em 1975, instituía a Coordenação de Educação Pré-escolar que até hoje dinamiza e centraliza as atividades desenvolvidas pela Secretarias Municipais de Educação em relação à educação das crianças menores de 7 anos.

Em 1975, segundo KRAMER (1995), apenas 3,51% da população em idade pré-escolar eram atendidas, pertencendo 44% deste percentual à matrículas de instituições particulares. Isso significa que a maioria das crianças que recebiam

educação pré – escolar vinham da classe média e alta, privilegiando as crianças menos carentes, causando assim grande desigualdade no atendimento.

Em 1981, foi lançado o Programa Nacional de Educação Pré-escolar pelo MEC. O pré-escolar passa a ser considerado prioridade da nossa política educacional. O programa tentava incorporar as críticas e questionamento provenientes do meio acadêmico e das instituições de pesquisa que desmistificava a questão que a pré-escola seria a solução para todos os males do ensino de 1º grau.

Vivemos hoje um momento extremamente importante de introdução de reformas em vários campos educacionais. A reorganização institucional e legal iniciada a partir da redemocratização do país inclui decisivas mudanças na educação infantil talvez entre as mais relevantes.

A partir dessa reordenação, as diversas áreas governamentais e não governamentais vêm se mobilizando por meio de iniciativas que visam concretizar o que a nova Constituição e a nova LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – prescrevem: a educação infantil é um direito das crianças, embora não seja obrigatório, e a creche faz parte da educação básica, assim como a pré-escola, o ensino fundamental e o médio. (Maria Malta Campos in FARIA, 2003)

Organizações de mulheres, mobilização de população pressionando prefeituras, engajamentos e comprometimentos de profissionais das áreas de saúde, educação e previdência social vem atuando firmemente no sentido de reverter a situação e a concepção de pré-escola no Brasil.

De remédio para todos os males, a educação infantil de qualidade é defendida hoje como direito social.

“O desenrolar desta história nos mostra, pois, a possibilidade de se constituir uma alternativa de educação mais democrática. Sem dúvida, essa tarefa não tem sido fácil nem rápida, mas, sem dúvida também, e graças ao movimento contraditório e dinâmico que impulsiona as forças sociais, ela não tem sido em vão. Conquistas são sempre lentas, historicamente (...). Algo foi feito e resta muito por fazer. E esse “muito” é trabalho de todos nós” (KRAMER.1995 Pg. 116)

6.2 - O ATENDIMENTO A INFÂNCIA HOJE

Hoje, cada vez mais, mulheres/mães precisam e querem trabalhar fora e o papel da escola acaba sendo fundamental na vida de seus filhos, que desde seus primeiros meses começam a freqüentar uma creche, é nesse espaço que ela irá passar a maior parte do tempo de sua infância, ou seja até os seus seis anos. É por esse motivo que temos que pensar a escola como um lugar de cuidado e educação, um dependendo do outro.

Por mais que se digam que não, a creche ainda é vista com certa função assistencialista, pois o critério para seleção de vagas é exatamente esse: crianças de mães que trabalham fora tem prioridade, as crianças filhas de mães que não trabalham quase sempre ficam na lista de espera e nem chegam a freqüentar a creche. Devido a falta de vagas, crianças cujas as mães não trabalham não tem direito de freqüentar as instituições, ou seja ela continua sendo vista com caráter assistencialista. É essa visão que precisa mudar. Todas as crianças tem direito de à educação e não somente aquelas que tem mães que trabalham. *A educação infantil hoje é complementar à ação da família, sendo uma opção, um dever do Estado e um*

direito das crianças, independente de as mães trabalharem ou não fora de casa
(WADA, 2003, p.54)

Menos claro ainda é o significado da educação pré-escolar em termos propriamente educacionais.

Minha filha frequenta uma Escola Municipal de Educação Infantil no Bairro onde moro e eu sinto na pele o preconceito das outras mães. Elas acreditam que eu não “preciso” levar minha filha na creche porque imaginam que, por ser professora tenho dinheiro para pagar uma babá ou mesmo uma escolinha. O que elas não sabem é que minha filha não está lá porque não tem com quem ficar, e sim porque é um direito dela, garantido por lei.

A educação infantil é um direito das crianças, embora não seja obrigatória, e a creche faz parte da Educação Básica, assim como a pré-escola, o ensino fundamental e o médio. Temos um quadro de mães e pais oprimidos que vêem a creche como um equipamento e não como um direito e aceitando como um favor.

Isso me levou a perceber que, de um modo geral, podemos dizer que, em nosso país, existem dois tipos de Educação Infantil, que forma um sistema educacional que, desde antigamente, reforça a exclusão e a injustiça social presente na economia capitalista: há a “Educação Infantil dos Pobres” e a “Educação Infantil dos Ricos”, como FIGUEIREDO (2004).

A “Educação Infantil dos Pobres” baseia-se na concepção de que as crianças das classes trabalhadoras têm deficiências de todos os tipos (nutricionais, culturais, cognitivas, etc.), as quais precisam ser compensadas pela escola, a fim de que, no futuro, as crianças possam ter alguma instrução e, assim, desempenhar o seu papel na sociedade: o de trabalhador.

As mães da classe trabalhadora precisam de algum lugar onde possam deixar seus filhos durante o dia, e para isto foram criadas as creches e pré-escolas públicas, local onde as crianças poderiam suprir as carências provenientes do seu meio ambiente social. Visto que tais crianças são consideradas muito “carentes”, qualquer atendimento dado a elas é satisfatório, pois já pode ser visto como uma melhoria nos estímulos que recebem no seu meio ambiente natural.
(FIGUEIREDO, 2004)

Deste modo, cria-se um atendimento na Educação Infantil onde encontramos: classes superlotadas, poucos adultos para atender a um número grande de crianças; espaços físicos improvisados e inadequados, onde as crianças não podem se movimentar livremente (porque o espaço é pequeno e/ou perigoso), bem como não encontram estímulos ou desafios; despreocupação com os aspectos essenciais da Educação Infantil, o educar e o cuidar (indissociáveis um do outro), afinal, “a criança está ali apenas para que a sua mãe possa trabalhar”; adultos que atuam junto às crianças, com pouca ou nenhuma formação pedagógica, já que não são considerados como educadores, mas como babás. E os pais dessas crianças, que dão graças a Deus por conseguirem uma vaga para o filho em uma creche, nunca vão enxergar todos esses problemas, nunca vão reclamar, portanto tudo isso nunca vai mudar.

Do outro lado, logicamente, temos a “Educação Infantil dos Ricos”, que também foi criada devido à necessidade e o desejo que as mulheres/mães, hoje em dia, têm de trabalhar fora de casa, mas , que apresenta concepções e práticas

diferentes. Os pais, neste caso, pagam caro para que as crianças freqüentem as “escolinhas” e nem sempre recebem o tratamento adequado, mas algumas instituições esforçam-se para atender aos anseios das famílias, que esperam garantir a melhor educação possível para os filhos, as crianças devem sair alfabetizadas e prontas para ingressarem na 1º série do ensino fundamental, preparadas para as provas que o futuro reserva, como o vestibular e o mercado de trabalho e assim fazer uma boa propaganda. Ainda citando FIGUEIREDO(2004), a educação infantil dos ricos teria a função de :

...preparar a criança para o ingresso, com sucesso, na primeira série do Ensino Fundamental. Por isto é preciso desenvolver as habilidades cognitivas: treina-se a coordenação motora; ensina-se a criança para reconhecer e copiar letras e números; e, a fim de promover a boa saúde das crianças, ensina-se hábitos de higiene e boas maneiras. As escolas têm infra-estrutura muito rica, com piscinas, quadras de esportes e salas de informática, além de estarem sempre limpas, e com murais enfeitados. (FIGUEIREDO, 2004)

A educação infantil vem crescendo no mundo inteiro. Cada vez mais se afirma como o nível inicial do processo educacional, ou seja, a educação começa ou deve começar por ela. É o que sustenta a Declaração Mundial de Educação para Todos, que afirma que a aprendizagem inicia com o nascimento.

Durante os anos 90, a Educação Infantil tomou para si o desafio de ressignificar e ampliar sua função social, de se fazer entendida pela sociedade e pelos seus próprios educadores como lugar de conhecimento - de produção e de transmissão de conhecimento - e não somente lugar de cuidar das crianças de 0 a 6 anos.

CONCLUINDO, POR ENQUANTO.

Do que foi escrito, espero que tenham ficado claras, minhas críticas dirigidas à dominação e à didatização que estão presentes nas modalidades de Educação Infantil e também deixado visível minhas inquietações diante da prática do adultocentrismo que existe em nossas instituições. É preciso mudar para que nossa história educacional também mude, e que essas palavras nunca mais sejam ouvidas:

*Ainda me lembro aos três anos de idade
Meu primeiro contato com as grades
Meu primeiro dia na escola
Como eu senti vontade de ir embora
Fazia tudo que eles quisessem
Acreditava em tudo que eles me dissessem
Me pediram para ter paciência
Falhei, gritaram:
Cresça e apareça!
(Marcelo Bonfá e Renato Russo)*

A formação docente é como um conjunto de experiências sociais e culturais, individuais e coletivas, que vamos acumulando e modificando ao longo de nossa existência pessoal e profissional. Entendo que este processo é inacabado e consiste, portanto, de constantes erros, indagações, incertezas e ambigüidades. Sei que tenho muito à aprender, tenho muitas dúvidas, mas deixo o curso com muitas certezas que não carregava comigo antes de iniciá-lo. Assim disse Clarice Lispector:

Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta continuarei a escrever. Como começar pelo início, se as coisas acontecem antes de acontecer? Se antes da pré-história já havia os monstros apocalípticos? Se esta história não existe, passará a existir. Pensar é um ato. Sentir é um fato. Os dois juntos sou eu que escrevo o que estou escrevendo (...)

REFERÊNCIAS

- ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. Zahar editores. Rio de Janeiro. 1981.
- BOURDIEU, Pierre. Escritos de Educação. Capítulo II: A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. Editora Vozes 3º ed.
- CORDIÉ, A. Os atrasados não existem: psicanálise de crianças com fracasso escolar. – Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- DELGADO, Ana Cristina Coll. *O que nós adultos sabemos sobre infâncias, crianças e suas culturas?*. Revista Espaço Acadêmico – nº34 – Março/2004 – mensal ISSN15196186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/>. Acesso em: 20 abril 2005.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart de. O espaço físico como um dos elementos fundamentais para uma Pedagogia da Educação Infantil. In FARIA, Ana Lúcia Goulart de ; PALHARES, Marina S. (org.) Educação Infantil Pós LDB: rumos e desafios. Campinas: Editores Associados, 1999b p. 69-67.
- FARIA, Ana Lúcia Goulart e Marina Silveira de Palhares (orgs.). Educação infantil pós – LDB: rumos e desafios – 4. Ed. ver. e ampl. – Campinas, SP: Autores associados, 2003
- FIGUEIREDO, Taicy de Ávila. Educação Infantil para que(m)? A organização do trabalho pedagógico com crianças de 0 a 6 anos. O que é Educação Infantil? Os objetivos do trabalho pedagógico com crianças de 0 a 6 anos. Psicopedagogia online. 2004
- FONTANA, Roseli. Psicologia e trabalho pedagógico – São Paulo: Atual, 1997
- FORTUNA, Tânia Ramos. Papel do brincar: Aspectos relevantes a considerar no trabalho lúdico. Revista do professor, Porto Alegre, 18 (71): 9-14, jul./set.2002
- KAMMII, Constance. Piaget para a educação pré-escolar, Rheta Devries: trad. Maria Alice Bade Danesi. 2 ed.– Porto Alegre: Artes médicas, 1992
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Os jardins de infância e as escolas maternas de São Paulo no início da República. Cad. Pesq., São Paulo (64): 57-60, fev.1988
- KRAMER, Sônia. A Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce. 5º ed. – SP: Cotez, 1995.
- LISBOA, Antônio Márcio Junqueira. O seu filho no dia-a-dia: dicas de um pediatra experiente. Vol. 3. Brasília: Linha Gráfica, 1998.
- PARO, Vítor Henrique. Gestão Democrática da Escola Pública. *Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública.*

- PUGA, Edna Mara Gonzaga Rodrigues; SILVA, Léa Stahlschmidt Pinto. A brinquedoteca na escola: possibilidade do resgate do lúdico ou recurso da prática pedagógica: Passos iniciais de um caminho percorrido. 2004
- ROSA, Sanny. Capítulo II Construtivismo ou o “novo” na educação brasileira. P. 41-61.
- ROSEMBERG, Fulvia, “A educação Pré-escolar brasileira durante os governos militares” Caderno de Pesquisas. SP, n (82), p.21-30, Agosto. 1992
- SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo, Cortez / Autores Associados, 1985.
- SOARES, Magda. Metamemória – memórias: Travessia de uma educadora. 2. Ed. – São Paulo: Cortez, 2001.
- STEINBERG, Shirley R., KINCHELOE, Joe L. – Cultura infantil: a construção corporativa da infância. Tradução George Eduardo Japiassu Bricio. – Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2001
- WADA, Maria José Figueiredo Ávila. A professora de creche : a docência e o gênero feminino na educação infantil. Pró-Posições, v.14, n.3(42)- set/dez. 2003
- WINNICOTT, D. W. A criança e seu mundo. Trad. De Álvaro Cabral - 4 ed. Rio de Janeiro, Zahar Editores.1977